

Rüdiger Zoller*

Brasil: “The making of”

Na primeira década do século 21 o Brasil esteve presente na cena global como um ator decididamente auto-confiante e com muita consciência de si mesmo. Menciona-se aqui seu papel decisivo no impedimento do projeto dos EUA, para uma zona de livre comércio em toda a América (FTAA/ALCA) e na formação do G 20. Interpretações precipitadas talvez derivem esta conduta da disposição do Brasil entre os países BRIC, por Goldman Sachs em 2003; do alto prestígio internacional do Presidente Lula da Silva; da descoberta da bonança em petróleo atlântico na área do pré-sal; ou dos próximos grandes eventos, Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016).

Sem dúvida, considerando-se o desenvolvimento brasileiro não apenas no dia a dia, ou seja, de crise em crise, ou sob o comando dos boletins econômicos trimestrais, mas a longo prazo, talvez até mesmo no contexto dos dois últimos séculos, esta nova apresentação e esta demonstrativa autoconfiança dos representantes do Brasil não é nada realmente surpreendente. Pode-se muito bem interpretar o recente desenvolvimento, como estando no contexto de uma continuidade histórica.

Há muito a elite política brasileira vê seu país como uma potência, como um contrapeso natural aos Estados Unidos no Norte. E não é nenhuma contradição, que justamente um governo “de esquerda” reforce nitidamente esta pretensão internacional. A longo prazo, na concepção do desenvolvimento brasileiro, encontra-se continuidade além da respectiva posição ideológica, desde Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek, desde os militares tecnocratas, após 1964, até Lula da Silva.

A seguir, serão apresentados ao leitor, novos trabalhos sobre o Brasil, nos quais cientistas sociais e literários, economistas e historiadores, cada um sob seu ângulo específico, ocupam-se com o país, seu desenvolvimento atual e também com seus persistentes problemas estruturais. Os princípios das análises não são sempre incondicionalmente compatíveis, pelo contrário, algumas autoras e alguns autores contradizem-se de modo decisivo. Mas, frente a uma realidade social e política do Brasil, que vive com e de suas contradições, sejam tão diferentes tentativas de uma aproximação a esta realidade, cada uma por si, assim como na visão comparativa do leitor, absolutamente proveitosas.

* Rüdiger Zoller é politólogo. Desde o ano 2000, ele trabalha como pesquisador na cátedra “Auslandswissenschaft” do departamento de Economia da Universidade Erlangen-Nürnberg. Publicou vários livros e artigos sobre o Brasil, assim como sobre Panamá e México. Contato: Ruediger.Zoller@wiso.uni-erlangen.de.

Agradeço a Sra. Sonia Soares Schelsky pela tradução deste artigo para o português.

A ideia do Brasil

Segundo Georg Wink, antes da realização do Estado Brasil, seja inicialmente como uma suposta ilha, como colônia periférica no avanço global de Portugal, seja posteriormente como Império autônomo, como Estados Unidos, ou como República Federativa, estava a *ideia do Brasil*. Estas reflexões do cientista literário Wink, em seu livro de mesmo nome (*Die Idee von Brasilien*; uma dissertação orientada por Susanne Klengel), são uma fonte importante também para os cientistas políticos, já que o autor refere-se especialmente a Benedict Anderson e Hayden White. Talvez o *mito fundador* (Marilena Chauí) e as seculares variações sobre este tema, tenham realmente contribuído para que “da construção cultural do Brasil como discurso” (Wink: p. 38) tenha se formado uma sólida realidade estatal. A ideia de Brasil como paraíso, assim como futuro império (p. 37) encontra-se não apenas nos movimentos messiânicos, mas, também hoje, nos analistas políticos Vamireh Chacon e Moniz Bandeira.

Wink compilou uma abundância de textos, que são ainda hoje relevantes para a interpretação do Brasil. Suas explanações sobre “branqueamento como solução do dilema racial” (p. 274) são altamente interessantes, justamente para a discussão atual. Wink mostra, por meio dos termos *branqueamento* e *mestiçagem* (p. 310), a capacidade dos autores brasileiros de reinterpretar componentes ideológicos de um discurso (importado) e assim manter o domínio da interpretação sobre seu próprio desenvolvimento. Ele cita Darcy Ribeiro: “Somos o único grupo que fez da diferença uma nação” (p. 311). Mas surpreendentemente este estimulante trabalho, extremamente rico em material, não se refere em nenhum momento aos relatos de dez anos atrás e com semelhante temática, do autor Thomas Sträter¹.

Sucintamente devem ser mencionadas duas coletâneas muito informativas, dos colegas da Universidade de Tübingen: Gerd Kohlhepp *Brasilien: Entwicklungsland oder tropische Großmacht des 21. Jahrhunderts?* (Brasil: país em desenvolvimento ou potência tropical do século 21?) e a publicação em homenagem a Andreas Boeckh, editada por Patricia Graf e Thomas Stehnen *Lateinamerika. Politik, Wirtschaft und Gesellschaft* (América Latina. Política, Economia e Sociedade).

Como prometido pelo editor (p. 7), o volume de Kohlhepp, *Brasil*, oferece “o completo espectro da complexa problemática de classificação do Brasil”. O próprio autor escreve, em seu artigo, quase um estudo geográfico sobre o Brasil, com 40 páginas de concentrada informação, mapas, tabelas e gráficos. Em razão de sua factualidade, este texto é uma introdução ideal para quem se ocupa com o tema. Andreas Boeckh trata da “(In)capacidade de reforma no Brasil” e no segundo artigo, da Política Externa. Jörg Meyer-Stamer discorre sobre o tema “Desenvolvimento baseado no saber”, como sempre com muita competência, enquanto Martin Coy trata do “Desenvolvimento regional no sudoeste da Amazônia”. Pela sobriedade com que os autores argumentam e por sua concentrada informação, recomenda-se esta coletânea enfaticamente, especialmente para estudantes.

A “Publicação em homenagem a Andreas Boeckh” (“Festschrift für Andreas Boeckh”) de Graf e Stehnen discorre sobre toda a América Latina, não somente o Brasil, em três

¹ “Der Archipel Brasilien” (O arquipélago Brasil), *Neue Zürcher Zeitung* (NZZ) de 22./23.04.2000.

seções: “Estado e Poder”, “Economia e Desenvolvimento”, assim como “Cultura e Sociedade”. Especialmente em relação ao Brasil, G. Kohlhepp manifesta-se com um artigo muito informativo, mas também crítico, a respeito dos biocombustíveis. Em suma, o livro apresenta uma impressionante visão geral sobre a dimensão da pesquisa latino-americana em Tübingen (e na Alemanha), na qual, felizmente, têm a palavra não apenas experimentados pesquisadores, como Manfred Mols (com um artigo sobre a inexistente integração da América Latina) e Hartmut Sangmeister (sobre a quase inexistente competitividade internacional), mas também jovens pesquisadoras, como Dana de la Fontaine (sobre a sociedade civil) e Patricia Graf.

É lamentável que, como consequência da busca de uma indefinida e desorientada “excelência” pelas instituições do ensino superior na Alemanha, o centro de competência para o Brasil e América Latina da Universidade de Tübingen, construído ao longo de décadas por Gerd Kohlhepp, Andreas Boeckh, também pelo “comunicador” Rafael Sevilla e muitos outros seja hoje história – realmente um dano colateral da política do ensino universitário, de Baden-Württemberg.

Elites

No tomo de Graf e Stehnen, H.C.F. Mansilla analisou o tema “Elites e Sociedade na América Latina de hoje”, explicitamente a elite funcional política. Ele constata (p. 204) que “a transformação da antiga classe alta em uma elite funcional, orientada tecnocraticamente, não pôde satisfazer as expectativas a que se propôs (por ex.: obras de modernização sociais)”. Ele também critica a Ciência Política, que não tem condições de compreender adequadamente tendências atuais, como o neopopulismo. Ambas afirmações são difíceis de serem contestadas.

Cristóbal Rovira Kaltwasser dedica seu livro completamente à *Luta das Elites* (*Kampf der Eliten*), com o subtítulo: “A luta pelo comando da sociedade na América Latina, 1810-1982”. Ele analisa comparativamente o desenvolvimento das elites nacionais na Argentina, Brasil, Chile e México, por quase dois séculos. Um terço do texto é tomado pela apresentação e discussão das clássicas teorias sobre elite (Mosca, Pareto, Michels), o que no entanto não será aqui detalhado.² Para a América Latina, Rovira Kaltwasser parte da ideia de uma circulação das elites. Ele vê a história, não como uma sucessão de lutas de classes, mas como a luta de elites e contra-elites (p. 329). Na visão do recenseador o problema do trabalho está na sua extensão: discussão teórica, quatro países como exemplo – para os respectivos casos nacionais resta, às vezes, apenas a descrição e uma análise aprofundada insuficiente. Outro problema (talvez explicável pela quantidade de material a trabalhar) são certas “inseguranças” do autor no trato com fatos históricos. Por exemplo, Jânio Quadros (p. 314) governou o Brasil não de 1961 a 1964, mas somente até agosto de 1961. Salvador Allende não contou com 44% dos eleitores, na eleição de 1970 (p. 313), mas recebeu precisamente 36,6% dos votos. Os ominosos 44 % referem-se à eleição parlamentar de 4 de março de 1973, como o percentual de

² Uma resenha detalhada por Detlev Schelsky sobre o livro de Rovira Kaltwasser se publica na seção ‘Notas’ nesta revista.

votos da *Unidad Popular* na época. É também questionável a escolha do termo “expulsão” (“Vertreibung”, p. 209), no caso dos indígenas argentinos, quando se trata muitas vezes de extermínio. Certamente são detalhes de pouca significância, mas fica a impressão que Rovira Kaltwasser, na segunda parte do trabalho, nem sempre conseguiu harmonizar a exigência teórica com a realidade dos países exemplificados. Isto é válido especialmente para o Brasil: A “cooptação das elites”, mencionada pelo próprio Rovira Kaltwasser (p. 327), não existiu apenas no tempo do império e este processo de cooptação e amalgamento das elites (em parte regional), que se constata no Brasil, mal se deixa descrever através do modelo de “contra-elites” nacionais que se substituem. Todavia esta é uma contribuição à pesquisa sobre o tema, muito interessante e rica em fatos, de lucrativa leitura.

Como “contra-elite” poderia ser definido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) brasileiro, ao qual o filósofo do Direito e brasileiro Mario G. Losano dedicou seu volume *Función Social de la Propiedad y Latifundios Ocupados. Los Sin Terra de Brasil*³. Losano pesquisou o desenvolvimento do conflito rural durante a primeira presidência do Lula da Silva (2002-2005), quando as expectativas em relação ao novo governo eram extremamente altas. No entanto ele escreve não como um simpaticante militante, mas acentua, “cientificamente”, como jurista. Afortunadamente isto diferencia seu trabalho de uma grande parte do resto da literatura sobre a questão rural no Brasil, a qual, por um lado, demonstra boa vontade, mas ao final quer é levantar a questão do poder. No segundo capítulo, Losano faz uma retrospectiva sobre a “Política agraria y reforma agraria”, desde o tempo do Império até à presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Os capítulos seguintes discorrem sobre o MST (origem, história, financiamento), assim como as “trampas de la legalidad”, ou seja, as relações da jurisdição com a prática de ocupações de terra. Losano discute também soluções: “En conclusión – en un Brasil donde parece haber tierra para todos – ¿no es posible encontrar un punto de equilibrio, una convivencia entre el agrobusiness (que es ya un pilar del balance del Estado) y la agricultura familiar (que puede resolver el hambre endémica en ciertas áreas)?” (P. 14). Por apresentar a perspectiva jurídica, Losano fez, com êxito, uma contribuição importante para a discussão da problemática rural no Brasil, em geral, assim como para a política do MST.

O poder e influência do MST baseia-se na sua presença permanente na internet e na mídia internacional (www.mst.org.br). Uma rede de comunicação que talvez seja superada apenas pela atividade do subcomandante Marcos e seu EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional) na internet, durante o conflito de Chiapas em 1994. A capacidade de mobilização do MST é evidenciada por seu contato com nove círculos internacionais de apoio, somente na Europa.

Um projeto, cujo conteúdo é certamente “revolucionário” para o mercado de livros alemão, é a coletânea publicada por Thomas Kühn e o sociólogo brasileiro Jessé Souza: *Das moderne Brasilien. Gesellschaft, Politik und Kultur in der Peripherie des Westens* (*O Brasil moderno. Sociedade, Política e Cultura na periferia do Ocidente*). O conceito: cientistas sociais brasileiros dão aos leitores alemães a chance de perceberem as

³ Aqui é citado segundo a edição espanhola de 2006. A edição italiana de 2007 foi completada e melhorada com o acréscimo dos índices de nomes, matérias e abreviaturas.

atuais discussões no Brasil. Os 18 artigos abrem inúmeras perspectivas, mas por fim restam mais perguntas do que a possibilidade de respostas. Os editores dispuseram os artigos sob os títulos: "Desigualdade social no Brasil e desafios para a democracia, política das minorias e identidade cultural" e "O significado de símbolos culturais e religiosos para o Brasil moderno". Diga-se com certa cautela, que são campos bem extensos. Na verdade, o único bloco temático é aquele constituído por cinco dissertações sobre as religiões no Brasil, uma temática e uma realidade social desenvolvendo-se muito dinamicamente.

O desafio de pensar sobre alternativas para a explicação teórica do mundo, reclamado no prefácio pelos editores (p. 10), aparentemente termina com o adjetivo "transnacional", o que perante a singularidade do Brasil não é auspicioso, nem suficiente. Para ser breve: a tarefa da criação de uma nova teoria permanece certamente conosco. Mas, em suma, é uma vista interessante nos "laboratórios" brasileiros de Ciências Sociais, para a qual, de outro modo, seria preciso ler as publicações dos congressos da ANPOCS, da *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, do Brasil. Por isso sejamos muito gratos aos editores, autores e à Editora VS!

Caminhos novos?

A propósito do termo "transnacional": Com o texto *Uneven Encounters. Making race and nation in Brazil and the United States* Micol Seigel revolta-se contra toda a literatura sobre a "questão racial" existente no Brasil e nos EUA, assim como contra a nomenclatura usada até agora na Ciência Social. Ela também reivindica um redirecionamento teórico das ciências sociais, no sentido de "transnational turn". A análise descritiva de Seigel situa-se no período entre as duas grandes guerras e espacialmente num ponto de encontro entre EUA, Brasil e Paris. Seu "pessoal" apresenta a "diáspora africana", ou seja, os descendentes dos negros escravos. As "cenas" onde seu pessoal se movimenta são, entre outras, os comerciais de café nos EUA, os grupos brasileiros de dança, de Jazz no Rio e a imprensa do movimento negro. Resumindo, seu "pessoal" não é só para o leitor alemão, em vários sentidos, "exótico". Não se trata de suplemento literário, mas de Ciências Sociais. Diante da nítida rejeição de Seigel frente a todas as categorias usuais até hoje, resta então a pergunta: ela explica com seu método, de modo mais claro, aceitável e compreensível, a situação dos negros nos EUA e no Brasil, durante o período entre guerras? Provavelmente não, pois seu "pessoal" não é nada típico para esta entidade social. E mesmo no prefácio já não são consentidas comparações, como "just unanswerable, but also unaskable" (p. XI). Seigel luta por meio de seu texto contra "the grand unevenness of capitalist development": "The tales of uneven encounter recounted in this book are microhistories of larger, bolder stories" (p. 239). Com esta frase pode-se concordar plenamente.

No Brasil, até hoje, a política se faz muito regionalmente. Por isso é preciso considerar também a política regional e local. Um estudo exemplar, neste sentido, fornece James P. Woodard com *A Place in Politics. São Paulo, Brazil, from Seigneurial Republicanism to Regional Revolt*. O resultado é uma clássica história política, no bom sentido, do estado de São Paulo, durante a República Velha (1889-1930) e até a rebelião de 1932. Com uma extensa base arquivada, utilizando inúmeros jornais e revistas, assim como apresen-

tando 20 páginas de literatura secundária⁴, Woodard esclarece de novo o papel de vários atores (Ruy Barbosa e suas candidaturas à presidência em 1910 e 1919) e também dos partidos políticos (Partido Republicano Paulista, PRP, e Partido Democrático de São Paulo, PD), chegando a resultados surpreendentes. A política para ele não é para ser compreendida só de maneira funcional. Seu intenso trabalho nos arquivos e com a correspondência dos atores oferece uma visão muito mais pessoal das situações decisivas. Woodard mostra, que mesmo períodos históricos supostamente “trabalhados”, oferecem ainda muito material para uma abordagem aprofundada e uma mudança de perspectiva.

Uma crítica fundamentada do sistema político atual do Brasil, sob a ótica da Ciência Política, é apresentada por Bernd Reiter em *Negotiating Democracy in Brazil. The Politics of Exclusion*. A tese fundamental de Reiter é apodíctica: “A political system lacks legitimacy if the society in which it is embedded is extremely unequal” (p. 2). Sua principal crítica dirige-se aos grupos da sociedade, que defendem seus privilégios de inclusão e assim fomentam a desigualdade. Por isso Reiter não trata, em princípio, da promoção dos excluídos, mas focaliza os privilegiados e suas técnicas de marginalização. Lê-se sua filípica com interesse, pois ele descreve a gênese deste processo, alicerçada nas impressões pessoais resultantes de seu trabalho em uma ONG na Bahia.

Mas há de se afirmar que sua argumentação, também com a troca de perspectiva, não é muito original. Ele coloca muitas exigências ao “sistema democracia”, o que causaria problemas também para muitos países, além do Brasil. Especialmente em relação aos Estados Unidos, onde a concentração de renda e de poder também não tem diminuído, nas últimas décadas. Aparentemente Reiter não repara nos elementos específicos de flexibilidade no sistema brasileiro, as técnicas e práticas de violação das regras, as quais frequentemente possibilitam uma readaptação menos conflituosa à realidade.

Por mais legítimo que seja o ceticismo do autor perante a qualidade da democracia no Brasil (as recentes censuras na campanha eleitoral de 2010 o confirmam completamente!), menos ele alcança – na visão do recenseador – os reais mecanismos do jogo político no Brasil. Pois no Brasil do *jeitinho*, do *pragmatismo responsável* e da milenária ambivalência, tal discussão é até compreensível, mas também bem fora da realidade.

Infelizmente Reiter não acompanha a intensa discussão sobre inclusão e exclusão, que acontece no Brasil desde anos, enquanto sob o aspecto da Economia (o IPEA apresentou a respeito numerosos estudos empíricos e teóricos).⁵ Isto significa que Reiter, conscientemente, deixa fora de sua argumentação a notável, embora relativa, atenuação das consequências sociais da exclusão durante o governo petista.

Sara Schoonmaker expõe em *High-Tech Trade Wars. U.S.-Brazilian conflicts in the global economy* um estudo conciso, mas extremamente valioso, sobre o tema guerra comercial, no mundo globalizado. Ela documenta e analisa a tentativa fracassada do Brasil em conquistar a autonomia na área da tecnologia da informática, tendo como fundo o processo de globalização da última década. Ela dignifica esta tentativa brasileira, porém

⁴ Apesar disso infelizmente o estudo de A. Novy sobre São Paulo não é mencionado por Woodard: Andre-as Novy: *Brasilien: Die Unordnung der Peripherie*. Wien 2001.

⁵ Cf. Estanislão Gacitúa-Marió / Michael Woolcock (org.): *Exclusão social e mobilidade no Brasil*. Brasília: ipea 2005.

exige, junto com Arturo Escobar, “alternatives to development”, um desenvolvimento local a partir de baixo. Esta alternativa, contudo, seguramente não corresponde à ideia de desenvolvimento dos tecnocratas brasileiros e também não representa a disposição da atual administração petista. A constituição de uma competência técnica e tecnológica é uma constante na política brasileira, a qual também não é colocada em questão por amistosas declarações, diante dos adversários da globalização em Porto Alegre, nem pelo fracasso de tentativas isoladas. Neste tópico o governo brasileiro tem muito fôlego. Vide a política nuclear!

Logo depois do lançamento deste livro de Schoonmaker, o Brasil confirmou suas preferências na guerra comercial, quase com o “torpedeamento” do projeto ALCA/FTAA de George W. Bush. Mas, o Brasil como uma super potência econômica, neste momento, seria ainda uma alucinação. O que o Brasil tem e usa é um poder de veto no cenário internacional, como por ex. nas negociações de Doha da OMC.

Enquanto G. Kohlhepp, no início de seu artigo, levanta a questão *País em desenvolvimento ou potência tropical do século 21*, os editores Lael Brainard e Leonardo Martinez-Diaz, em 2009, vão mais além, com a simples pergunta *Brazil as an economic superpower?* Eles iniciam seu volume com uma contribuição própria “Brazil: The ‘B’ belongs in the BRICs” – o Brasil aparece então em uma nova categoria da presença global: os países BRIC. Neste volume da *Brookings Institution* são tratados sistematicamente, sob a perspectiva dos novos interesses norte-americanos, os temas energia e agricultura, política comercial, incentivo à tecnologia e à exportação. Em compensação, a problemática social aparece em um único artigo sobre distribuição de renda, de autoria de Marcelo Neri (FGV). Os autores são brasileiros, ou competentes *brasilianistas*, como Ben Ross Schneider, e já o prefácio é iniciado de certo modo com um enobrecimento para o Brasil: “Brookings is giving new and sustained priority to Latin America and to emerging powers in the world like Brazil” (p.VII). A expansão do comércio exterior brasileiro, assim como a estabilidade da política interna são apontadas como positivas. Porém domina uma perceptível insegurança dos editores sobre o papel do Estado na economia: “The ‘national-developmental’ paradigm of the 1960s still has a powerful hold on how Brazilian policymakers think about deepening integration” (p. 10). Por último os autores deixam em aberto a questão, se o Brasil pode tornar-se uma superpotência econômica. Isto depende da influência internacional que o país possa exercer futuramente: “as a rule maker, not just a rule taker – then Brazil is already well on its way” (p. 12).

Os autores de todos os livros acima apresentados, avaliam o Brasil com diferentes escalas e sob perspectivas totalmente divergentes, o que é compreensível e legítimo. Mas, a abordagem pelas Ciências Sociais de um Brasil tão contraditório em si mesmo precisa destas diferentes perspectivas e da divulgação de opiniões contrárias. Pois a dinâmica de seu desenvolvimento econômico e social não se deixa compreender a partir de um único ponto de vista.

No prefácio para o tomo de Rovira Kaltwasser (p. 13), Herfried Münkler expressou-se de modo crítico, com seu termo “conjuntura da atenção”, sobre o interesse alemão na América Latina. A discussão científica sobre a América Latina e em especial sobre o Brasil necessita de continuidade e também da experiência, talvez até mesmo da serenidade, dos cientistas que aqui pesquisam. Expectativas de cura e salvação são neste caso de tão pouca utilidade, quanto os muito em voga presságios de Cassandra. Certamente, no mundo atual, no qual estados nacionais coexistem com atores transnacionais, há necessi-

dade de abertura para novos caminhos de desenvolvimento. Porém precisa-se sobretudo de uma análise continuada da América Latina e especialmente do Brasil, o qual definitivamente não é mais uma ilha no mar global.

O “making of Brazil” vai continuar. Numerosos artistas estão em cena, os roteiristas (marqueteiros!) têm a cada dia novas e surpreendentes ideias – e os diretores em potencial já estão na campanha eleitoral 2010 candidatando-se para novos contratos. No futuro o Brasil permanecerá presente, como um importante ator nos palcos internacionais. E a seguir ...aguardem os próximos capítulos...

Bibliografia

- Brainard, Lael/Leonardo Martinez-Diaz (eds.): *Brazil as an economic superpower? Understanding Brazil's changing role in the global economy*. Washington: Brookings Institutions Press 2009. VIII, 291 páginas.
- Graf, Patricia/Thomas Stehnen (eds.): *Lateinamerika. Politik, Wirtschaft und Gesellschaft. Festschrift für Andreas Boeckh*. Baden-Baden: Nomos (Weltregionen im Wandel, 3) 2008. 243 páginas.
- Kohlhepp, Gerd (ed.): *Brasilien. Entwicklungsland oder tropische Großmacht des 21. Jahrhunderts?* Tübingen: Attempto 2003. 266 páginas.
- Kühn, Thomas/Jessé Souza (eds.): *Das moderne Brasilien. Gesellschaft, Politik und Kultur in der Peripherie des Westens*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften 2006. 367 páginas.
- Losano, Mario G.: *Función social de la propiedad y latifundios ocupados. Los Sin Terra de Brasil*. Madrid: Dykinson 2006. 219 páginas.
- *Il Movimento Sem Terra del Brasile. Funcione sociale della proprietà e latifondi occupati*. Reggio Emilia: Diabasis 2007. 280 páginas.
- Reiter, Bernd: *Negotiating democracy in Brazil. The politics of exclusion*. Boulder/London: First-ForumPress 2009. VIII, 171 páginas.
- Rovira Kaltwasser, Cristóbal: *Kampf der Eliten. Das Ringen um gesellschaftliche Führung in Lateinamerika, 1810-1982*. Frankfurt/M./New York: Campus. 361 páginas.
- Schoonmaker, Sara: *High-tech trade wars. U.S.-Brazilian conflicts in the global economy*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press (Pitt Latin American Series) 2002. XII, 220 páginas.
- Seigel, Micol: *Uneven encounters. Making race and nation in Brazil and the United States*. Durham: Duke University Press 2009. XXII, 386 páginas.
- Wink, Georg: *Die Idee von Brasilien. Eine kulturwissenschaftliche Untersuchung der Erzählung Brasiliens als vorgestellte Gemeinschaft im Kontrast zu Hispanoamerika*. Frankfurt/M.: Lang (Hispano-Americana. Geschichte, Sprache, Literatur, 38) 2009. 367 páginas.
- Woodard, James P.: *A place in politics. São Paulo, Brazil, from seigneurial republicanism to regional revolt*. Durham: Duke University Press 2009. XVIII, 404 páginas.